

*A “Universidade popular invisível”:
projetos, ações e aproximações entre Brasil e Itália nas
experiências de educação a distância pelo rádio (1930–40)*



Montagem: Brasil e Itália.

Newton Dângelo

Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor do Instituto de História e do Programa de Pós-graduação em História. Autor, entre outros livros, de *Vozes da cidade: rádio e cultura popular urbana em Uberlândia-MG/1939-1970*. Uberlândia: Edufu, 2012. nd.a@hotmail.com

**A “Universidade popular invisível”:
projetos, ações e aproximações entre Brasil e Itália nas
experiências de educação a distância pelo rádio (1930–40)**

“The invisible popular university”: projects, actions and approximations between Brazil and Italy in experiences with distance education through radio broadcasting (1930-40)

Newton Dângelo

Resumo

Este trabalho analisa os resultados parciais do estágio de pós-doutorado realizado na Itália, com financiamento da Capes, entre 2008-2009, intitulada: *Radio, nazione e “L’università Popolare Invisibile”*: mediazioni ed interfacce Brasile-Italia nei decenni dal 1920 al 1940, o qual buscava registros de diálogos entre intelectuais brasileiros e italianos para a consolidação do rádio enquanto veículo de disciplinarização e controle da sociedade por meio da sua utilização em escolas e nas regiões rurais nestes dois países. Estes indícios foram extraídos de documentos do Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/ FGV-RJ) e da obra *Rádio e educação*, de Ariosto Espinheira, publicada em 1934, além de fontes recolhidas em arquivos italianos.

Palavras chave: rádio; educação; Brasil; Itália

Abstract

*This paper analyzes partial results of postdoctorate study carried out in Italy between 2008 and 2009 with funding from CAPES. Entitled *Radio, nazione e “L’Universita Popolare Invisibile”*: mediazioni ed interfacce Brasile-Italia nei decenni dal 1920 al 1940, it sought to trace records of the relationship between Brazilian and Italian intellectuals to consolidate the radio as a vehicle to discipline and control society through its use in schools and rural areas in both countries. Such indications come from Gustavo Capanema Archive’s documents, Ariosto Espinheira’s book *Radio and education*, published in 1934, and sources culled in Italian archives.*

Keywords: radio; education; Brazil; Italy



A história da radiodifusão no Brasil foi marcada, desde as suas primeiras experiências de emissões, na década de 1920, por ações regulamentadoras e tentativas de padronização e controle de estações e programas. Tratava-se de levar aos lares brasileiros o sentido de nação pretendido pelo Estado e por intelectuais, técnicos e dirigentes destas primeiras estações, os quais protagonizaram o que podemos chamar de antecedentes das práticas de “educação à distância” no Brasil. Os dirigentes, técnicos e intelectuais que se uniram para a instalação e experimentação da radiofonia no Brasil, a partir da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, bus-

caram desenvolver uma missão civilizatória por meio de suas ondas, no sentido da “elevação da cultura das massas”.

A partir destas referências, analisamos as principais atividades e projetos culturais empreendidos no Brasil, tanto na órbita estatal quanto por entidades e associações de intelectuais, a fim de estabelecer perfis, classificar, regulamentar e nacionalizar as experiências do rádio e para a formação de sentimentos cívicos e patrióticos, por meio de sua utilização nas escolas, nas décadas de 1920–40. Neste movimento promovido por instâncias do governo federal e por grandes estações de rádio do Rio de Janeiro e São Paulo, recolhemos aproximações entre experiências da Confederação Brasileira de Radiodifusão, do Serviço de Radiodifusão Educativa e o Ministero della Cultura Popolare italiano, em especial o ente Radio Rurale e sua programação voltada à educação dos adultos nas regiões rurais na Itália.

O rádio, devidamente controlado por cientistas, educadores e técnicos do Estado, deveria levar aos lares e aos “analfabetos de letras e ofícios”, conhecimentos, costumes urbanos, civismo, patriotismo e modos padronizados de falar e cantar a língua nacional, tendo em vista a fragilidade e dispersão do sistema educacional e da forte presença de índices de oralidade, em detrimento da cultura escrita. A busca de instrução pelas ondas radiofônicas assumiu contornos de regulamentação das estações, elaboração e execução de projetos de educação e censura musical, encontros para a produção de padrões de linguagem, divulgados em livros, jornais e revistas da época e intercâmbios com experiências em curso na Europa, sobretudo Alemanha, Itália, França e Inglaterra.

Entre as principais atividades e projetos culturais empreendidos no Brasil e na Itália, por meio do rádio, tanto na órbita estatal quanto por entidades e associações de intelectuais, deparamo-nos com tentativas de padronização, classificação e criação de mecanismos de controle sobre a cultura popular nas décadas de 1920–40. Neste movimento, acompanhamos iniciativas de homogeneização cultural em curso no Brasil, em diálogo com a Itália, alicerçados em princípios civilizatórios e nacionalistas. A efetivação destes intercâmbios entre o Brasil e a Itália na área da radiofonia é informada por visitas de comitivas de intelectuais e membros do governo brasileiro à Europa no período, num contexto em que a linguagem radiofônica tornava-se alvo de disputas, ao mesmo tempo em que desnudava sinais de dificuldades de consolidação de seu formato educativo, transgressões, conflitos e tensões envolvendo práticas regulamentadoras do Estado e a abertura de estações radiofônicas no interior destes países.

Os ideais divulgados por Roquette Pinto¹, interessado em “elevar a cultura das massas” e integrar à nação os “analfabetos de letras e de ofício”, desvelam intenções de convencer o público ouvinte a adotar hábitos “civilizados” e de promover a produtividade no trabalho, por meio de um novo sistema de educação radiofônico.

Na falta ou na fragilidade do processo de letramento, a oralidade foi tratada por estes intelectuais como linguagem que dificultava a criação de instrumentos moralizantes e a padronização de vocabulários, a eliminação de gírias e cacoetes regionais, para a constituição de uma língua nacional.

Neste movimento nos deparamos, todavia, com fortes sinais de tensões entre projetos e ações de racionalização do rádio e os comportamentos das culturas populares no Brasil, sobretudo na afirmação do ideal

¹ Além de fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, juntamente com Henrique Morize, foi fundador do Serviço de Censura Cinematográfica, em 1932; fundador da *Revista Nacional de Educação*, também em 1932; diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince) a partir de 1936; diretor do Serviço de Radiodifusão Educativa, a partir de 1938; fundador e diretor da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal, em 1934, hoje Rádio Roquette Pinto; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras, da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Nacional de Medicina.

de uma “língua pátria” e na absorção de técnicas, ritmos e gêneros musicais supostamente adequados ao perfil da “cultura brasileira”.

As iniciativas para a unificação das estações em torno de princípios educacionais adquiriram maior impulso com a fundação da Confederação Brasileira de Radiodifusão, em 1933. Liderados por Elba Dias e Roquette Pinto, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Rádio Educadora do Brasil, Rádio Club do Brasil, Rádio Phillips, Rádio Mayrink Veiga, Rádio Guanabara, Rádio Record de São Paulo, Rádio Sociedade Mineira, de Belo Horizonte, Rádio Club, de Porto Alegre, Rádio Sociedade e Rádio Comercial, da Bahia, Rádio Club de Pernambuco e Rádio Club do Pará, as estações organizaram programas em cadeia nacional, bem como, através da Comissão Rádio Educativa, a formalização da censura radiofônica, sob o comando de Lourenço Filho.

Entre os programas levados ao ar por professores (entre eles Lourenço Filho, Roquette Pinto, Jônathas Serrano e Ariosto Espinheira), na área de ciências, psicologia, direito, arte, higiene, educação, geografia, história, língua pátria e línguas estrangeiras, encontramos a *Voz do Brasil* e *Quartos de Hora da Comissão Rádio Educativa da CBR*. A *Voz do Brasil*, jornal radiofônico de alcance nacional e internacional, tornar-se-ia mais tarde, pelo seu formato e objetivos, o principal divulgador da imagem do Estado Novo, irradiando notícias e manifestações cívicas para a representação da unidade nacional e da comunhão entre governantes e governados.

Assim, rompendo com a visão sacralizada de um Estado onipotente, nos deparamos com a defesa da censura por setores intelectuais, desde a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da mobilização de educadores em torno das reformas de ensino por uma “escola nova”. Estas práticas passaram a ser redefinidas em função do modelo de radiodifusão educativa, implementada pela CBR através da Comissão Rádio Educativa e mais tarde, na própria estrutura organizacional do Ministério da Educação e Saúde, numa demonstração de que a “regeneração nacional” pelo rádio encontrava barreiras em programações regionais e locais.

As iniciativas de isolamento e controle da expansão do rádio comercial e o combate a gêneros musicais e programas populares, indicava sinais de uma sociedade incomodamente plural, desprovida de língua padrão, e de afirmação de culturas e oralidades populares neste mesmo ambiente radiofônico. Torna-se visível uma mudança de estratégia das elites hegemônicas no sentido de redirecionar projetos e ações regulamentadoras do campo educacional para a esfera do governo federal, o qual deveria ser ativado para multiplicar experiências das reformas regionais do ensino, sob o corolário da Escola Nova, para o campo da radiofonia. Em outras palavras, tendo em vista as dificuldades encontradas para disciplinar escolas e professores, verdadeiras “colmeias” independentes no território nacional, buscava-se incorporar e adestrar *speakers*, técnicos, músicos, cantores e ouvintes para que o rádio substituísse as escolas nesta missão regeneradora.

A chamada “censura cultural”, reivindicada pela ABE em 1931², em substituição à “censura policial”, estabelecia-se, assim, a partir de dispositivos provenientes das sociedades radiofônicas e adquiria a dimensão oficial com a criação do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural em 1934, transformado em Departamento de Imprensa e Propaganda em 1938. Para além da censura e controle das emissões, a Confederação Brasileira de Radiodifusão indicava às estações afiliadas, a

“(…) preferência às produções aconselhadas pela comissão pelo seu valor artístico e educacional”³.

No arquivo de Lourenço Filho, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV-RJ), encontramos evidências de como esse tratamento à radiodifusão também passou a orientar as investidas do Estado na área da programação. Em ofício enviado pela Comissão de Literatura Infantil, do Ministério da Educação e Saúde, à Confederação Brasileira de Radiodifusão, em 1936, observa-se o reconhecimento da sua atividade pelo Ministério e a solicitação de parceria no aperfeiçoamento da educação infantil. Em resposta, o presidente da Confederação aceita o “(...) honroso convite para um entendimento a respeito da organização de programação radiofônicos (sic) destinados às crianças”⁴, demonstrando a conjugação de interesses e a necessidade do Estado de absorver experiências já testadas para manutenção e ampliação do controle sobre o rádio. Ficava expressa mais uma vez a sintonia com a iniciativa de moldar o rádio para a transmissão de programas seguindo a orientação: “aos ouvintes o que eles precisam e não o que querem”, nas palavras de Roquette Pinto.

O texto “Rádio e educação”, publicado em 1934 por Ariosto Espinheira, faz parte da série Biblioteca de Educação, organizada por Lourenço Filho, da qual constam outras obras divulgadoras do método escolanovista, direcionadas a psicologia educacional e ao cinema educativo. O carimbo da biblioteca da Escola de Enfermagem de São Paulo reflete a aproximação entre o tema da radiodifusão e os estudos de “socio-biologia”, de higiene, eugenia e medicina. As intervenções nesses setores, alvos da programação radiofônica educativa, promoveriam meios para a “regeneração” nacional através de discursos científicos e disciplinadores de hábitos sociais.

De maneira geral, Espinheira⁵ procurou associar informações técnicas sobre a “transmissão à distância” à necessidade de controle sobre a popularização do rádio através da educação. Com este fim, o autor divulgou informações detalhadas sobre a radiodifusão educativa em outros países, segundo orientações indicadas pelo “Inquérito internacional” de 1932, ressaltando, como etapa final desse processo, a constituição de organismos centralizadores da produção e transmissão de programas, responsáveis pela condução educativa das ondas nos mais distantes lugares.

A condução racional e oficializada da radiodifusão, vista como consequência natural do desenvolvimento técnico, seria instrumento de integração nacional e internacional pela comunicação. Nesse percurso pacificador, o rádio e suas propriedades educativas vêm frequentemente associados à direção de homens sábios e dedicados que impulsionariam o seu aperfeiçoamento técnico e pedagógico.

Em outra passagem instigante, Espinheira refere-se à educação de adultos pelo rádio, cunhando a expressão “Universidade Popular Invisível”. A radiofonia, neste caso, poderia revestir-se de estímulo da “maioridade para certos assuntos” e para aqueles que “devem sua formação apenas ao ensino primário”. Caberia aos dirigentes, entretanto, precaverem-se contra os “perigos” que ela poderia representar.

Segundo o autor, a radiofonia na educação dos adultos encontrava barreiras por estes não estarem sob orientação direta do professor, justificando-se, assim, a necessidade de criação de Grupos de Ouvintes ou Círculos de Estudos — dirigidos por pessoas competentes — para que a

³ ESPINHEIRA, Ariosto. *Rádio e educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1934, p. 106.

⁴ CONFEDERAÇÃO Brasileira de Radiodifusão. Rio de Janeiro, 1936. Arquivo Lourenço Filho, CPDOC/FGV.

⁵ O autor foi professor da Escola Secundaria Technica “Amaro Cavalcanti”, trabalhou na Seção de Museu e Radiodifusão, do Departamento de Educação do Distrito Federal e foi secretário da Comissão Radio-Educativa da Confederação Brasileira de Radiodifusão.

aprendizagem e o retorno dos resultados às estações garantissem a “assimilação” pelos ouvintes. Tais círculos são frequentemente citados a partir de experiências na Inglaterra, Alemanha, Suécia, México, Itália e União Soviética, numa clara manifestação do intercâmbio destes experimentos.

No caso da Alemanha, entretanto, Espinheira demonstra ceticismo sobre sua eficiência, em função da existência de “universidades populares” que já praticavam a educação integral ou que se “afastaram” da modalidade de educação pelo rádio, mesmo com a produção de programas direcionados ao currículo escolar.

O temor em relação às “massas” ainda descontroladas ganha relevância ao citar a Associação Radiofônica dos Trabalhadores Socialistas da Alemanha e os Círculos de Estudos Católicos e Protestantes. Funcionando à margem do processo de controle instituído pelos “círculos de estudos” radiofônicos, estas experiências fugiam da dimensão homogeneizante, emitindo e sedimentando interesses classistas. Diante disso, o autor procura desqualificá-las e justificar a censura, para, em seguida, mostrar a correção desse “desajuste” com o direcionamento dos grupos de ouvintes à população rural e a emissão de conferências, músicas recreativas e radiodramas.

Enquanto tais círculos não são visíveis na radiofonia brasileira, exemplos estrangeiros são considerados modelos a serem absorvidos. O recurso à educação rural é destacado nas experiências italiana, turca e soviética. Na Itália, o serviço de Rádio Rural já se encontrava organizado pelo Estado, com programas dirigidos a camponeses e elaborados por comissões especiais, a serem ouvidos nas escolas rurais. Mostra-se, ainda o interesse do empresariado e do governo por esta modalidade de ensino, bem como a instauração de órgãos centralizadores. A comissão de Rádio Rural era composta pelas Confederações da Indústria, do Comércio, da Agricultura e pelos Sindicatos Agrícolas, além de membros dos ministérios das Comunicações, da Educação Nacional, da Agricultura, Finanças e pelo presidente da Radiodifusão Nacional.

Em documento do Ministério da Educação e Saúde, sob o título “observações para uma experiência de radiodifusão educativa”, datado de 1937, notamos que essas atribuições permaneceram nas articulações para a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa. Há uma distinção entre a educação de Adultos, Popular e Rural, com ênfase nesta última, fazendo da institucionalização do rádio um processo de difusão de práticas e valores junto à população que, distante dos centros urbanos, conservava hábitos que colidiam com a organização racional do trabalho. Percebe-se, assim, a implantação legal dos objetivos educativos pelo rádio, estudados e divulgados por Ariosto Espinheira em 1934.

Ao expressar os valores e vícios a serem “cuidados”, estas indicações procuram recriar o espaço físico e social, reelaborar as relações sociais e imprimir-lhes um caráter nacional, a partir da desqualificação das manifestações populares, as quais informavam práticas transgressoras sob linguagens e dialetos locais e regionais distantes do ideal de uma língua pátria.

A fim de dar encaminhamento a esses objetivos, este projeto de 1937 propõe ações articuladas entre o poder público federal e municipal, sindicatos, empresários, diretores de asilos e penitenciárias, “(...) a fim de estudar os meios mais eficazes para a disseminação de aparelhos radio-receptores — a exemplo do que fez o governo italiano em junho de 1933 — e

para a organização de grupos de ouvintes como os existentes na Inglaterra, Alemanha, Suécia, Noruega, Rússia, México e Uruguai”.

Ficava evidente, portanto, a gradativa interferência do Estado, oriunda de interesses e pesquisas realizados por grupos privados e intelectuais, no sentido de dar suporte e acabamento racional à institucionalização do rádio enquanto veículo de “regeneração social”. Através do Serviço de Radiodifusão Educativa, os intelectuais, os censores, os ministros e o presidente poderiam aproximar-se com mais eficácia dos “iletrados” — leia-se trabalhadores urbanos e rurais — e levar-lhes a Nação da qual deveriam fazer parte.

As questões que se apresentam diante desse quadro buscam entender os conflitos expostos: esses propósitos foram concretizados? Em que medida estas práticas foram compartilhadas na esfera internacional? Qual o papel desempenhado pelas estações comerciais do interior nestes embates nacionais por linguagens e identidades?

A insistência observada na repetição de trechos da obra de Espinheira *Rádio e educação*, três anos depois, e que se manteve na documentação analisada sobre o Estado Novo, sugere a efêmera aplicabilidade desses princípios pela “radiodifusão em geral”. Por esta razão, encontramos este procedimento racionalizante, a partir da década de 1930, na legislação, na instauração da censura, na criação de programas obrigatórios pelo Serviço de Radiodifusão Educativa e na ascensão da propaganda doutrinária do Estado Novo pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, num contexto de disseminação cada vez maior de estações comerciais nas metrópoles e no interior que difundiam uma programação que incorporava tradições e linguagens populares.

Nesse sentido, a postura autoritária e centralizadora do Estado Novo, através do DIP e suas divisões de Radio-difusão, de Cinema e Teatro, descortinam a superposição de funções entre o MES e o DIP, sendo este último responsável pela divulgação da imagem do líder, do pai, da família harmoniosa e da ilusão participativa das “massas”, e revelam menos a força da estrutura radiofônica e sua eficácia do que a fragilidade de uma organização ou a rejeição pura e simples da mensagem educativa, arduamente patrocinada por técnicos e educadores.

Destaca-se a preocupação com o “habitante do interior”, o que nos leva a crer que, nessa época, a disseminação de receptores ou de estações de alto-falantes já permitia a inclusão da população rural ao circuito radiofônico por meio de emissões em praças e outros locais públicos, com o uso de sistemas de alto-falantes.

Num relatório produzido por Fernando Tude, então diretor do SRE, em 1940, notamos uma reprodução quase fiel do texto de Ariosto Espinheira, de 1934. Com apenas alguns acréscimos ou pequenos cortes, toda a explanação sobre o “papel da radio-difusão”, “modos de apresentação”, “matérias das transmissões”, “adaptação dos programas aos cursos”, “pesquisas metódicas”, bem como a parte referente às experiências estrangeiras, retornam em 1940 quase como repetição oficial. Fernando Tude cita o mesmo inquérito que, a exemplo do cinema, fizeram a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e a União Internacional de Radiodifusão, ressaltando os objetivos do controle das irradiações⁶.

Percebem-se intenções de produzir uma evolução lógica do papel do rádio, separando-o do social e imprimindo-lhe uma dimensão educacional

⁶ TUDE, Fernando. *A radiodifusão escolar*. Relatório encaminhado ao ministro Capanema. Rio de Janeiro, 1940.

⁷No congresso, diferentes especialistas da área lingüística e musical debateram e trocaram experiências científicas sobre a adequação da música erudita nacional às “normas da sua dicção em língua nacional”: “Preocupado com problema tão importante, (...) o Departamento de Cultura de São Paulo tomou a iniciativa de realizar um Congresso da Língua Nacional Cantada, para estabelecer as *normas de como se deve cantar na língua do país*. (...) Ambicionou-se apenas por em campo de estudo tão importante problema da língua e da música no Brasil, *examina-lo, discuti-lo e aventar normas principais* com que professores de canto, cantores e compositores pudessem aconselhar-se e *libertar-se da mesquinha incongruência, das soluções improvisadas, dos cacoetes meramente pessoais em que se extravaiavam até agora*. (...) num congresso da ‘língua cantada’ deveriam os problemas ventilados condizer com a maneira de cantar, e lembrar o problema das radio-transmissoras pois que as considera poderosos veículos de boa ou má educação popular”. CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA, 1., 1938, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 3 e 30 (grifos nossos). Percebe-se uma intenção clara de edificar modelos de radiodifusão, impulsionados pelo poder público, corrigindo-se pronúncias “erradas” e “viciosas”. Esta mentalidade regeneradora que permeou a organização do Iº Congresso da Língua Nacional Cantada, recebeu os aplausos de Álvaro Salgado, em artigo da revista *Cultura Política*, do Departamento de Imprensa e Propaganda: “O Rio de Janeiro, com suas 13 estações tem contribuído, eficientemente para a propagação da pronúncia carioca que o 1º congresso da língua nacional cantada, promovido pelo Departamento de Cultura do Estado de S. Paulo, em 1937, apresentou como padrão.” SALGADO, Álvaro. Radiodifusão: fator social. *Revista Cultura Política*, n. 6, agosto/1941, p. 88. Na mesma revista, observamos os desdobramentos daquele encontro: “A Radio Difusora da Prefeitura, que vem fazendo a gravação do vocabulário nacional, acha-se em condições de assumir o encargo da iniciativa. Nenhum

como necessidade desse mesmo social. Nas entrelinhas, todavia, nota-se um confronto entre o entretenimento proporcionado pelo rádio e a função de propaganda e difusão de valores. Considerando que o DIP originou-se do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, acompanhamos uma aproximação de funções entre estes órgãos. O SRE, assim, pretendia usar os princípios educacionais, notadamente da Escola Nova, para assumir o controle sobre as irradiações oficiais e influenciar ou coibir as demais, passando pelo ensino escolar, pelos programas cívicos e pela propaganda governamental do Estado Novo. O mesmo se observa no artigo de Martins Castelo, a respeito da rádio escola, publicado na *Revista Cultura Política* em 1941. Após insistir nos métodos educativos que mais permitiam a sensação de participação dos alunos (diálogo, dramatização e reportagem) e no cuidado quanto à educação dos programas para não cansar os ouvintes, o autor analisa os resultados de inquérito promovido pela Rádio Difusora da Prefeitura do Distrito Federal, com as seguintes questões: “Quais as preferências dos pequenos ouvintes do rádio escolar? Até onde as emissões educativas correspondem aos ‘interesses’ das crianças?”.

Assim, desnudando o princípio proposto por Roquette Pinto – “Aos ouvintes o que eles precisam e não o que querem” –, foi possível acompanhar projetos de normatização e de criação de padrões de produção radiofônica voltados para a nacionalidade, o civismo e a homogeneização cultural, através de três vertentes básicas, quais sejam: no campo musical, pelo incentivo ao canto orfeônico, sob o protagonismo de Villa-Lobos, com programas de música erudita buscando a desqualificação/requalificação da musicalidade considerada “popular”. Em segundo, nota-se a construção de uma memória histórica oficial com a incorporação do rádio às celebrações públicas e criação de aulas radiofônicas com grandes vultos e heróis nacionais, no sentido de reeditar o passado, unificar diferenças e conflitos em torno da tradição de um povo uno, com raízes comuns, em direção ao progresso e à civilização sob os auspícios do Estado Novo. E finalmente, na área da linguagem, as iniciativas de correção do vocabulário, a adoção de regras de como falar corretamente pelo rádio, a crítica aos cacoetes regionais, gírias e diferenças de pronúncias, tal como se acompanhou na realização do Iº Congresso da Língua Nacional Cantada, patrocinado pelo Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, em 1937, reveladoras das preocupações e dos investimentos em torno da padronização da música cantada no Brasil⁷.



Capa dos Anais do I Congresso na Língua Nacional Cantada. Ilustração de C. Portinari. 1938.

Fundação Biblioteca Nacional – Divisão de Música.

É também sugestiva a referência, nos arquivos de Gustavo Capanema, de iniciativas de cooperação internacional, tais como a viagem de Lourenço Filho e Roquette Pinto à Europa no mesmo ano, passando pela Alemanha, França, Suíça e Itália. Na Alemanha foram visitados o Instituto de Psicologia, o Centro de Orientação Profissional, um “Centro Geral de Informações de Educação”, em Berlim, o Museu de Material Pedagógico e uma escola especial de preparação de técnicos para o ensino profissional. Após a viagem, Lourenço Filho passou a ocupar a direção do Departamento Nacional de Educação.

Assim, para além da reconstituição de práticas de controle social, recolhemos dimensões, no campo desta hegemonia, das tensões entre interesses e práticas de racionalização de linguagens e identidades nacionais e as experiências radiofônicas regionais e locais⁸.

A julgar pelas fontes e referências já coletadas, notamos uma vigorosa

pedagoga ou intelectual se negaria, com certeza, a dar seu parecer sobre a conveniência ou não de difundirmos os vícios de pronúncia, as expressões de emprego familiar, a linguagem regional dos números de caipiras, a gíria das músicas de morro”. CASTELO, Martins. Rádio. *Revista Cultura Política*, n. 11, 1942, p. 301. Ver análise a esse respeito na dissertação de DÂNGELO, Newton. *Escolas sem professores: o rádio educativo nas décadas de 1920/40*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/SP.

⁸ Podemos inserir nesse campo, os textos apresentados e discutidos na coletânea *Teorias do rádio*, sobretudo as reflexões de: MATTÁ, Maria Cristina. Rádios: memórias da recepção: aproximação à identidade dos setores populares. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). *Teorias do rádio: textos e contextos*. Florianópolis: Insular, 2005.

⁹ Uma abordagem que Jesús Martín-Barbero utiliza ao analisar o rádio latino-americano: "(...) mudar o lugar das perguntas, para tornar investigáveis os processos de constituição do massivo para além da chantagem culturalista que os converte inevitavelmente em processos de degradação cultural. E para isso, investigá-los a partir das mediações e dos sujeitos, isto é, a partir das articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais". MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1997, p. 17.

experiência musical e radiofônica partindo do interior do Brasil, criando e recriando gêneros, programas e carreiras artísticas que ficaram notórias nos grandes centros urbanos e nas capitais.

O desafio se faz presente quando abordamos a linguagem radiofônica como mediação comunicativa, indagando acerca dos indícios de interferência e de reelaboração dos conteúdos e valores da programação por parte dos ouvintes, considerados na sua pluralidade sócio-cultural, nas suas diferentes origens étnicas, sociais e de classe e nos conflitos em torno da construção de espaços de sociabilidade na cidade.⁹

A busca de afirmação de um "público ouvinte" e fiel a determinados valores e modos de falar, acreditamos estar relacionada tanto às iniciativas estatais de homogeneização cultural via difusão de valores nacionais e de controle legal sobre as irradiações, como também às diferentes estratégias de comercialização de produtos, valores, hábitos e ídolos radiofônicos, elaborados pelas demais estações de "entretenimento", as chamadas estações comerciais.

A Rádio Rural e o Ministério da Cultura Popular italiano: "aos ouvintes o que eles precisam..."

A documentação em torno da trajetória do rádio na Itália foi recolhida em arquivos locais e regionais de Campobasso, Napoli e Palermo, e de importantes registros de referência nacional, recolhidos em arquivos de Roma, além de incursões nos acervos da Rádio e Televisione Italiana (RAI), em especial a coleção da revista *Radiocorriere*.

O conjunto constitui um manancial em torno de 4.300 páginas de livros, revistas e anais do período em fotos digitais, 300 cópias digitais de documentos diversos (ofícios, correspondências, despachos, legislação), e mais 600 páginas em fotocópias de livros da época e atuais, compondo um substancial acervo histórico de textos oficiais, análises teóricas e imagens.

A documentação projeta a centralização da radiodifusão por meio do Eiar — ente italiano de audição radiofônica —, o qual deveria cuidar da programação, sob vigilância e participação do regime fascista, o qual, através do Partido Nacional Fascista (PNF) e de outras organizações fascistas, disciplinava e incentivava a instalação e uso de alto-falantes e aparelhos receptores no interior (regiões, províncias, pequenas cidades e no meio rural), seja em praças e locais públicos, seja em escolas urbanas e rurais, para divulgação da "cultura fascista". São também evidentes indícios de dificuldades técnicas, ausência de energia elétrica em grande parte das áreas rurais, desestímulo com a falta de apoio financeiro estatal e privado, com os altos custos dos aparelhos e uma programação majoritariamente de conferências, irradiação de atos cívicos, com audições planejadas e vigiadas. Entre estes indícios, pode-se citar a campanha efetivada em 1935–6, quando ocorreu uma mobilização impulsionada pelo Ministério da Propaganda para comemorar a invasão italiana na Abissínia, a qual exigiu a instalação de alto-falantes e receptores em todas as regiões urbanas e rurais, da qual obtivemos referências quanto ao seu descumprimento por algumas vilas por total ausência de equipamentos.

Conforme o trecho a seguir, as intenções de intelectuais e técnicos do governo brasileiro na década de 1930, de promover a disseminação de aparelhos de rádio nas áreas rurais, seja em escolas ou locais públicos, já

era divulgada pelo Ministério da Cultura Popular italiano. Nesta experiência, o rádio seria tratado como o “livro universal” para crianças e adultos iletrados:

“In ogni scuola la radio” — Non si può sconvenire che il giornale, la radio, il cinema sono strumenti di diffusione di cultura popolare, tanto da richiamare l’attenzione del capo del governo, ed istituire un apposito Dicastero, chiamato Ministero della Cultura Popolare ne che la radio sai il libro universale. Allá portata ormai di tutti, un mezzo eccellente per l’educazione intellettuale, e política del popolo e delle giovani generazione. Si può affermare e documentare che nessun sussidio didattico può, nella maggior parte delle discipline, uguagliare quello della radio e far vivere di intensa commozione i nostri bambini, i quali non sempre si sentono attratti da una bella pagina di autore, come quando quella pagina viene trasmessa dalla radio con tutte le sfumature, com tutta la passione dell’arte.¹⁰

Acompanhamos, nessa perspectiva, a circulação de documentos emanados da Presidência do Conselho de Ministros, do Ministero della Publica Istruzione, Ministero delle Comunicazioni, Ministero della Stampa e Propaganda, Ministero della Cultura Popolare, Ministero dell Interno e respectivos organismos responsáveis pela fiscalização, controle e organização da audição radiofônica e sua implementação no sistema escolar.



Revista *La Radio Rurale*. Publicação mensal do Ente Radio Rurale. Anno V, n. 1, 25 novembro 1937. Biblioteca Camera dei Deputati, Roma, Itália.

¹⁰ ECO Del Sannio (1933–1938). Mensile, Agnone, 27 setembro 1937, p. 3.

Assim, buscamos desvelar o contexto de experimentação de métodos e mecanismos de proliferação da radiofonia educativa, bastante efervescente na década de 1930, haja vista as periódicas feiras de amostras de novos inventos e equipamentos para a expansão do rádio como meio comunicativo e de propaganda de governos e empresas.

Uma outra dimensão recolhida foi a incorporação do rádio como instrumento de educação dos adultos, diante de uma tendência cada vez mais explicitada de concentração dos esforços na instalação de aparelhos de rádio nas escolas elementares e médias. O termo bastante difundido na época, “Universidade Popular Invisível”, atendia a essas intenções, em que órgãos governamentais, apoiados em ações de intelectuais e técnicos, procuravam levar a “missão civilizatória” aos mais distantes lugares e pessoas, sobretudo no meio rural, por meio das ondas do rádio.

Esta produção de experiências radiofônicas educacionais na Itália ficou bastante evidenciada na documentação, sobretudo por meio da proximidade de interesses e práticas entre o regime fascista e o Eiar, desde as primeiras irradiações de programas em 1924, consolidando-se ainda mais com a criação do Ente Radio Rurale, em 1933. Este passou a assumir a centralidade dos esforços para incorporar o universo rural aos ideais cívicos e nacionalistas do regime, sobretudo ao incentivar e disseminar a audição com aparelhos a preços mais acessíveis e com potência maior.

O material documental recolhido, permite-nos, portanto, desvendar o processo de consolidação da radiofonia italiana e seus instrumentos de centralização, disciplina e adequação à formação de um público ouvinte afinado com a doutrina fascista, que Roquette Pinto e Lourenço Filho, entre outros, buscaram reconhecer entre 1937–8, em nome do governo Vargas.



Artigo recebido em julho de 2012. Aprovado em setembro de 2012.